



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Departamento Requisitante: Departamento de Engenharia do CREA/SC

I - INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar visa materializar os conteúdos necessários a fim de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da Inspetoria do CREA/SC, na Avenida Coronel João Fernandes, nº 85, no bairro Urussanguinha, na cidade de Araranguá/SC, com área total de 390,16 m², pelo período de duração da obra, previsto em 10 (dez) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, partes integrantes deste Estudo Técnico Preliminar.

1.2. A obra a ser fiscalizada está detalhada no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90004/2025** (Processo Administrativo nº 5-250067669-7)

1.3. Aplicar-se-á no presente Estudo o disposto na Lei 14.133/2021 e o Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA/SC.

1.4. Serão considerados neste Estudo, ainda, as disposições contidas no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes produzido por este Departamento e parte integrante deste documento.

II - IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I)

2.1. O Departamento de Engenharia é responsável por estudos, pesquisas e implementação de melhorias nos espaços físicos do Conselho, além de coordenar e fiscalizar a manutenção predial (preventiva e corretiva) de suas instalações, máquinas e equipamentos. Diante desse cenário, enfrenta dificuldades para conciliar essas atribuições com as demandas diárias que envolvem uma fiscalização de obra em outra localidade. Nesse contexto, torna-se essencial a contratação de empresa especializada para assessorar na fiscalização e controle de qualidade da obra de construção da nova inspetoria regional do CREA/SC em Araranguá/SC.

2.2. Considerando que o local de execução da obra será em Araranguá e que a fiscalização deste contrato será conduzida pela equipe do Departamento de Engenharia, sediada em Florianópolis, e dada a ausência de servidores do Conselho lotados em Araranguá com a expertise técnica necessária para esta atividade, a contratação de uma empresa especializada em fiscalização de obras se configura essencial. Esta empresa deverá realizar visitas semanais ao canteiro de obras, oferecendo suporte técnico especializado aos colaboradores do Departamento de Engenharia, que poderão realizar visitas com menor frequência.

2.3. Considerando que já teve início o processo para contratação da execução da obra na nova inspetoria regional do CREA/SC em Araranguá/SC, será necessário, também, a contratação de uma empresa especializada para a fiscalização da futura obra de modo a garantir que o projeto seja conduzido de maneira eficaz, segura e dentro dos padrões de qualidade necessários.

2.4. A contratação de uma empresa especializada se justifica plenamente pelos seguintes fatores:

- ❖ **Especialização em fiscalização de obras:** Empresas de engenharia especializada em fiscalização de obras possuem experiência específica na supervisão e gerenciamento de projetos de construção;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- ❖ **Gestão de prazos e custos:** A fiscalização de uma obra inclui o monitoramento constante de prazos e custos. Uma empresa de engenharia pode ajudar a controlar o cronograma da construção, identificando atrasos potenciais e tomando medidas corretivas oportunamente. Além disso, a fiscalização contribui para evitar desperdícios e desvios orçamentários;
- ❖ **Controle de qualidade:** Garantir a qualidade dos materiais e da execução da obra é fundamental para o sucesso a longo prazo da instituição. A contratada realizará inspeções regulares para avaliar a qualidade dos trabalhos, identificar defeitos e garantir que as correções sejam feitas de acordo com as melhores práticas da engenharia;
- ❖ **Segurança:** A segurança durante a construção é de suma importância para prevenir acidentes e garantir o bem-estar dos trabalhadores e futuros usuários das instalações. A empresa de engenharia pode monitorar e garantir que as práticas de segurança adequadas sejam implementadas e cumpridas, reduzindo os riscos associados à obra;
- ❖ **Resolução de problemas técnicos:** Durante uma obra, podem surgir desafios técnicos inesperados que requerem soluções especializadas. A equipe de engenheiros da empresa de fiscalização estará preparada para identificar esses problemas e propor soluções técnicas adequadas, garantindo que o projeto prossiga sem interrupções significativas.
- ❖ **Relatórios técnicos e levantamento topográfico:** A empresa de engenharia fornecerá relatórios técnicos detalhados sobre o progresso da obra, a qualidade do trabalho e as ações corretivas tomadas. Esses relatórios são essenciais para a tomada de decisões informadas e para a documentação do histórico da construção, o que pode ser útil em futuras auditorias ou avaliações. Além dos relatórios semanais e mensais, será item obrigatório o serviço de levantamento topográfico da execução da obra em duas etapas (50% e 100% da execução da obra).

III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso II)

3.1. A presente contratação está prevista na Dotação Orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras e Instalações em andamento.

3.2. Esta contratação está alinhada com as diretrizes da atual gestão quanto à padronização e modernização das sedes próprias. A presente contratação não consta do Plano de Contratações Anual e, portanto, com fundamento no item 3 do artigo 4º do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA/SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, deverá ser autorizada previamente pela Presidência do CREA/SC.

IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso IV)

4.1. Estima-se a necessidade da prestação dos serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra da Inspetoria do CREA/SC em Araranguá/SC pelo período de 10 (dez) meses, correspondente à duração prevista da execução da obra.

4.2. Durante este período, estima-se a realização de, aproximadamente, 120 (cento e vinte) visitas técnicas ao canteiro de obras, com frequência semanal de no mínimo 03 (três) visitas técnicas, para acompanhamento e verificação dos serviços executados.

4.3. Estima-se a necessidade de 10 horas técnicas semanais ao longo do período contratual para a adequada fiscalização e gerenciamento da obra.

4.4. Serão elaborados, em média, 40 (quarenta) relatórios de acompanhamento semanais, durante a execução da obra e 10 (dez) relatórios mensais de fiscalização, detalhando o progresso da obra, as ocorrências e a conformidade com os projetos e especificações.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4.5. A fim de garantir que a execução da obra esteja em conformidade com o projeto, tanto em termos planimétricos, quanto altimétricos, a Contratada deverá realizar levantamento topográfico da execução da obra em duas etapas: quando concluída 50% da execução da obra e quando concluída 100% da execução da obra. E após a realização de cada levantamento, os dados apurados devem estar inseridos em relatório técnico a ser entregue à Administração, até 15 (quinze) dias após sua realização.

4.6. Adicionalmente, estima-se a necessidade de 10 (dez) a 20 (vinte) deslocamentos da equipe técnica do Departamento de Engenharia, sediada em Florianópolis, para Araranguá, para reuniões e acompanhamentos específicos, além das visitas semanais da empresa contratada.

4.7. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro os projetos de engenharia, contratações similares realizadas pelo Crea/SC e por outros órgãos, como Ministério Público do Trabalho (Pregão Eletrônico nº. 90008/2024), Polícia Rodoviária Federal (Pregão Eletrônico nº. 90009/2024), Seção Judiciária do Estado da Bahia (Pregão Eletrônico nº. 90035/2024) e Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (Pregão Eletrônico nº. 90051/2024).

V - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso V)

5.1. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC instituído pela Lei Federal nº 5.194/1966, possui autonomia administrativa e financeira, e tem como funções a orientação e fiscalização do exercício das profissões das engenharias, agronomia e geociências, o zelo pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, bem como, pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício destas profissões.

5.2. As Inspetorias representam o CREA/SC no município ou região onde estão instituídas, e além da fiscalização do exercício das profissões, dentre suas finalidades destaca-se o fomento do conhecimento nas áreas tecnológicas, na melhoria da experiência dos profissionais e estudantes do sistema, possibilitando maior projeção e adaptação do profissional à sociedade. Neste contexto, as Inspetorias Regionais possuem grande relevância por abrigarem não apenas colaboradores dos Departamentos de Atendimento e Fiscalização alocados permanentemente, mas também o Colégio de Inspectores, formado por no mínimo um profissional de cada modalidade representada no Conselho – quando possível – e limitado ao máximo de 20 profissionais, sendo um deles designado a função de Diretor Regional, pela Presidência. Assim, torna-se fundamental que os espaços físicos destinados a abrigar Inspetorias Regionais, estejam de acordo com o programa de necessidades deste Conselho, com as normas de acessibilidade e com as diretrizes da atual gestão.

5.3. Com o processo de contratação da obra da nova inspetoria regional do CREA/SC em Araranguá/SC já em andamento, torna-se igualmente essencial a contratação de uma empresa especializada em fiscalização. Essa medida garantirá que a execução do projeto ocorra de forma eficaz, segura e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

5.4. O CREA/SC não dispõe da totalidade dos meios necessários (humano, equipamentos, expertise, etc.) para a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia referentes a fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da Inspetoria do CREA/SC, tampouco essa é a natureza e competência do Conselho. Assim, é imprescindível a contratação por meio de execução indireta, conforme entendimento que segue:

*“Como **Execução Direta** do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configura dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à*

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc. À conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

Já a **Execução Indireta** se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessário ou fornecer o produto almejado.” (AZEVEDO. Rodrigo Soares de. Como contratar com a Administração Pública – as espécies de execução do Contrato Administrativo. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-contratar-com-a-administracao-publica-as-especies-de-execucao-do-contrato-administrativo/138386548>. Acesso em 04.04.2025)

5.6. Os demais pontos que justificam a escolha do tipo de solução encontram-se pormenorizados no documento intitulado **TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES - OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA**.

VI - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso IX)

6.1. A construção da nova sede da Inspeção do CREA/SC alinha-se às diretrizes da atual gestão, visando a otimização dos recursos e a melhoria contínua dos serviços prestados. A nova sede proporcionará um ambiente de trabalho moderno, seguro e confortável para os colaboradores, além de oferecer espaços adequados para o atendimento ao público, reuniões, cursos e eventos.

6.2. Com a presente contratação, almeja-se alcançar um conjunto de benefícios diretos e indiretos. Diretamente, pretende-se manter o devido acompanhamento e avaliação, garantindo a execução precisa do projeto e a aderência rigorosa às suas especificações, assegurando a qualidade da obra de construção e a correta aplicação dos recursos públicos. Indiretamente, a conclusão da obra, em conformidade com o projeto, tem o potencial de impulsionar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores, ao mesmo tempo em que fortalece a imagem institucional. Ademais, a modernização das redes de infraestrutura, em consonância com as normas vigentes, contribuirá para a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade, promovendo também o bem-estar dos visitantes e funcionários.

VII - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso III)

7.1. Os requisitos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da Inspeção do CREA/SC, na cidade de Araranguá/SC, devem permitir a seleção de uma solução com base numa visão integrada e equilibrada de aspectos técnicos, legais, de sustentabilidade e operacionais, que garantam a qualidade e o desempenho do objeto contratado, que responda de maneira eficaz e eficiente ao problema identificado, propiciando benefícios de longo prazo, tanto em termos econômicos, quanto sociais e ambientais, consistente com a política de desenvolvimento nacional sustentável e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

7.2. As propostas devem apresentar o valor global e os unitários, respeitando os limites máximos indicados nas planilhas que compõem o processo.

7.3. A concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI, c/c art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.4. O critério de julgamento adotado será o do menor preço, sendo declarada vencedora a Licitante que ofertar o menor preço global para o serviço. Cabe ressaltar que os preços máximos estabelecidos na planilha servem como limite às Licitantes para a formulação das suas propostas, sob pena de desclassificação, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso futuro, eis que o fornecimento do objeto somente restará concretizado com a futura contratação.

7.5. Para fins de qualificação técnica de habilitação, deverão ser exigidos das empresas licitantes:

7.5.1. Certidão de Registro/Inscrição da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de sua jurisdição, dentro de seu prazo de validade.

7.5.1.1. A Licitante registrada no CREA que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem, se declarada vencedora, deverá obrigatoriamente, como condição para assinatura do contrato, providenciar o seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC.

7.5.2. Certidão(ões) ou Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, regularmente emitido(s) ou registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter a empresa executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a fiscalização de obra de construção com metragem mínima de 195 m² (cento e noventa e cinco metros quadrados).

7.5.2.1. A certidão/atestado de capacidade técnica deverá se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da Licitante especificada no contrato social registrado na junta comercial competente.

7.5.2.2. Será permitido o somatório de atestados para atingimento da metragem mínima exigida.

7.5.2.3. As Licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços e nota fiscal.

7.5.3. Certidão de Registro/Inscrição do profissional Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou Arquiteto, que será o responsável técnico da empresa Licitante na fiscalização da obra, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade.

7.5.3.1. Quando da contratação, e como condição para tanto, o profissional indicado pela empresa, se possuir registro no CREA de outro Estado da Federação, deverá providenciar o seu Visto Profissional junto ao CREA/SC.

7.5.4. Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do responsável técnico indicado para a obra, regularmente emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade técnica-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter o profissional executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a fiscalização de obra de construção com metragem mínima de 195 m² (cento e noventa e cinco metros quadrados).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.5.4.1. O(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s) deverá(ão) ser o(s) mesmo(s) profissional(is) responsável(is) pela Licitante na execução dos serviços ora contratados, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CREA-SC.

7.5.4.2. No momento da assinatura do contrato, e como condição para tanto, a Licitante deverá comprovar o vínculo e a responsabilidade técnica do(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s), o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) que supervisionará(ão) os serviços de execução do objeto frente ao Contrato.

7.5.4.3. Caso a certidão/atestado de capacidade técnica ou a Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentados não comprovem explicitamente a descrição e/ou o quantitativo mínimo exigidos, a Licitante deverá anexar ao atestado/CAT toda e qualquer documentação possível que, em conjunto com o atestado/CAT, faça a comprovação da descrição e/ou do quantitativo mínimo exigidos.

7.5.4.4. A necessidade de apresentação de Certidões/Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervo Técnico justifica-se pela premissa de que a empresa e seu responsável técnico tenham qualificação técnica operacional e profissional para a execução dos serviços e com finalidade de minimizar os riscos da contratação, a apresentação destes documentos são para serviços técnicos com parcelas de maior relevância ou valor significativo conforme art. 67, §1º da Lei 14.133/21.

7.5.5. O profissional da contratada deverá ter experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos para atuação na fiscalização de execução de obra, verificação de qualidade e controle. A demonstração de experiência profissional consiste em prova do exercício de atividades anteriores compatíveis e poderá ser feita mediante registro em carteira de trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.5.6. Apresentação de declarações abaixo citadas, conforme anexo(s) a ser estabelecidos no Edital:

7.5.6.1. Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que indicará para a obra e utilizará um Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou um Arquiteto, indicando o nome, a qualificação profissional e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa aos serviços objeto da presente Licitação. Este profissional deverá ser o mesmo da CAT apresentada para fins de habilitação;

7.5.6.2. Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá de pessoal técnico qualificado e em número suficiente para a fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra;

7.5.6.3. Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá dos equipamentos, instalações e aparelhamento adequados necessários e em número suficiente à fiscalização da obra;

7.5.6.4. Declaração, assinada pelo responsável técnico da Licitante, de que recebeu e tomou conhecimento de todas as informações, em especial acerca dos Projetos elaborados em tecnologia BIM, Memorial Descritivo, Planilhas, Cronogramas e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, considerando as mesmas satisfatórias e corretas para serem executadas dentro do prazo previsto, assumindo integral responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão nas referidas verificações, sendo que não poderá alegar posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da Licitação para solicitar qualquer alteração, em especial do valor, do Contrato que vier a celebrar caso seja declarada vencedora.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.6. Para fins de qualificação econômico-financeira de habilitação, deverão ser exigidos das empresas licitantes:

7.6.1. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante em no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura do certame;

7.7. Será permitida a subcontratação apenas do seguinte serviço previsto: levantamento topográfico da execução da obra em duas etapas: quando concluída 50% da execução da obra e quando concluída 100% da execução da obra.

7.7.1. A empresa contratada apresentará à fiscalização do contrato documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.7.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA/SC ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

7.8. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7.9. Não haverá disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

7.10. Recomenda-se o emprego de profissionais próximos à localidade das obras, no entanto, caso a licitante opte por trazer profissionais de outras localidades, deverá atentar-se para o fato de que todas as despesas com deslocamento e/ou hospedagens deverão estar abrangidas por suas propostas.

7.11. É vedada a participação da empresa responsável pela execução da obra, visando prevenir qualquer possível conflito de interesse e assegurar a imparcialidade e transparência do processo.

7.11.1. O impedimento abrange não apenas a empresa executora diretamente, mas também suas subsidiárias, afiliadas, empresas coligadas, e qualquer entidade na qual a empresa executora tenha participação relevante, direta ou indireta.

7.11.2. O descumprimento desta cláusula resultará em sanções administrativas, que podem incluir a desclassificação da proposta, multas e proibição de participação em futuras licitações por um período determinado.

7.12. O prazo máximo de execução dos serviços será de 10 (dez) meses contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pelo CREA/SC.

7.13. As medições (pagamentos) serão efetuadas de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido no projeto. Dessa forma serão previstas 10 (dez) medições no total, onde os pagamentos estarão condicionadas ao envio dos relatórios semanais e do relatório mensal de andamento de obra/medição, além do aceite do fiscal/gestor do contrato.

7.14. O pagamento pelos serviços será realizado em 10 (dez) parcelas mensais fixas, correspondentes ao período previsto para a execução da obra. A adoção deste modelo de pagamento fixo mensal para serviços de supervisão e fiscalização se justifica pela natureza dos serviços, que exigem presença e acompanhamento constantes da equipe técnica qualificada durante toda a execução da obra, independentemente das possíveis variações no ritmo de trabalho em cada mês. Além disso, o pagamento fixo simplifica significativamente a administração do contrato, evitando a

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

complexidade de medições variáveis dos serviços de fiscalização.

A experiência anterior desta administração com contratos de fiscalização semelhantes, nos quais a medição foi proporcional à execução da obra, não obteve os resultados esperados, gerando dificuldades na gestão.

7.15. Recomenda-se a vistoria por parte dos Licitantes, para conhecimento do local onde serão executados os serviços. As empresas que optarem por não realizar a vistoria se declaram responsáveis pela execução da obra nas condições especificadas. Logo, a realização de vistoria será facultativa e a Licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

7.16. Caberá à Contratada fornecer todo o material, ferramentas, maquinário e equipamentos adequados à perfeita execução dos serviços.

7.17. Caberá à Contratada fornecer toda a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços, bem como se responsabilizar por seus funcionários nas dependências da obra.

7.18. É imprescindível a inclusão de cláusulas claras e objetivas no contrato, estabelecendo penalidades específicas para os casos de atraso na execução do objeto e descumprimento das especificações técnicas e garantias previstas em contrato. Essas penalidades deverão ser proporcionais à gravidade da infração e suficientes para garantir o cumprimento integral do contrato.

7.19. Será permitida a participação de consórcios no certame e vedada a participação de cooperativas.

VIII - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VII)

8.1 Com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133/2021, que regula o processo de licitações e contratos administrativos específicos para a administração pública, e considerando as jurisprudências atuais aplicáveis, fica fundamentado que a solução de contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da nova Inspetoria de Araranguá, na cidade de Araranguá é a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas.

8.2. A contratação abrange a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da nova Inspetoria de Araranguá, na cidade de Araranguá para que a Contratante consiga garantir com razoável grau de certeza, qualidade e quantidade de serviços executados pela Construtora fiscalizada (responsável pela execução da obra), bem como, tenha a seu dispor pessoal tecnicamente habilitado para antever problemas que possam ocorrer na obra, fornecendo as opções técnicas e economicamente viáveis para a solução de tais problemas.

8.3. O acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Construtora (responsável pela execução da obra) deverão ser contínuos e sempre em conjunto com a elaboração de relatórios semanais e relatório mensal por parte da Contratada. Além do levantamento topográfico que será realizado em duas etapas.

8.4. A obra de execução da nova Inspetoria de Araranguá, na cidade de Araranguá é objeto de outra licitação, cuja documentação necessária faz parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

8.5. A Contratada deverá emitir 01 (um) relatório de fiscalização a cada semana de acompanhamento – denominado relatório semanal, a fim de atualizar o Departamento de Engenharia – DENG sobre o andamento da obra, incluindo no mínimo o registro fotográfico realizado nos dias das visitas técnicas;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

as condições do tempo; as frentes de trabalho em que houve atividade durante a semana; os relatos de fatos e/ou eventos relevantes; os problemas identificados ou prevenidos pela Contratada durante a execução da obra, com as respectivas alternativas de solução, se forem o caso e; relato de atrasos na execução de serviços com a indicação dos motivos pelo atraso.

8.5.1. Por semana, entende-se 07(sete) dias corridos.

8.5.2. O prazo para entrega de cada relatório semanal é de 03 (três) dias úteis após a última visita do período.

8.6. A Contratada deverá emitir 01 (um) relatório mensal de fiscalização da obra a fim de atualizar o Departamento de Engenharia – DENG sobre o andamento da obra, incluindo no mínimo elementos identificadores da obra; período ao qual se referem; condições do tempo; todas as frentes de trabalho abertas no período (indicando se foram concluídas ou não); apresentar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período; realizar análise e emitir um parecer prévio sobre o Boletim de Medição elaborado e apresentado pela Construtora fiscalizada (responsável pela execução da obra) que será à base das medições mensais; avaliação técnica dos serviços realizados; histograma de mão de obra; imagens da evolução do serviço mensal; informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período; informar sobre acidente de trabalho no período; descrição das alterações de projeto efetuadas; apresentação dos motivos que ensejaram as modificações; identificação de quem aprovou as modificações; apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra e apresentar histograma físico-financeiro.

8.7. Para assegurar a conformidade da execução da obra ao projeto original, em seus aspectos planimétricos e altimétricos, a Contratada fica responsável por conduzir dois levantamentos topográficos durante o progresso da obra: um ao alcançar 50% de sua conclusão e outro ao término de 100%. Os resultados de cada levantamento deverão ser compilados em um relatório técnico e submetidos à Administração dentro do período de 15 (quinze) dias subsequentes à sua realização.

8.8. Os serviços e atribuições deverão contemplar, além dos citados neste Estudo Técnico Preliminar, no mínimo:

8.8.1. Acompanhamento e fiscalização da implantação das medidas de segurança e proteção coletiva e individual dos trabalhadores;

8.8.2. Acompanhamento e fiscalização da implantação das medidas mitigadoras e de proteção e descarte ambiental;

8.8.3. Garantir que as especificações a serem adotadas na execução dos serviços e fornecimento dos materiais deverão seguir rigorosamente os projetos e cadernos elaborados;

8.8.4. Garantir que a empresa fiscalizada preze pela obediência aos dispositivos contratuais, inclusive os da proposta de preços;

8.8.5. Garantir que a empresa fiscalizada cumpra os prazos e metas contratuais ou aquelas estabelecidas pela Fiscalização;

8.8.6. Avaliar os aspectos gerais do canteiro de obras quanto a limpeza, organização, bem-estar e segurança;

8.8.7. Controle dos quantitativos dos serviços executados para fins de elaboração das medições;

8.8.8. Avaliação técnica mediante parecer sobre eventuais pedidos de aditamento no contrato da

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Construtora;

8.8.9. Atuar na solução de problemas construtivos imprevistos e surgidos;

8.8.10. Avaliação do cronograma de execução das obras apresentado para e, se for o caso, execução de readequação em conjunto com a empresa fiscalizada;

8.8.11. Verificação da implantação da sinalização para a execução das obras;

8.8.12. Comunicação ao Departamento de Engenharia – DENG quanto à paralização da continuidade dos serviços devido a alguma irregularidade identificada, informando sobre o problema observado e a providência a ser tomada;

8.8.13. Emissão de parecer técnico sobre eventuais propostas da Construtora, quanto às alterações de projeto na fase de execução das obras ou modificação do prazo apresentado no cronograma de implantação;

8.8.14. Análise dos projetos, apresentando propostas para a adequação as condições locais de construção, informando os impactos nos custos e prazos decorrentes da adoção da alternativa, e promovendo a elaboração da nova solução;

8.8.15. Coleta, organização e manutenção à disposição do Departamento de Engenharia – DENG, dos dados e informações relativas às obras;

8.8.16. Acompanhamento da elaboração dos projetos de “As Built” pela Construtora em conformidade com as exigências do Departamento de Engenharia – DENG;

8.8.17. Assessoria em relação às questões técnicas ou contratuais das obras em andamento seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas;

8.8.18. Avaliação dos dispositivos e demais medidas e ações para a redução dos acidentes e elevação em geral do nível de segurança, propondo aprimoramentos, ou sanando outros aspectos inadequados ou insuficientes constatados in loco;

8.8.19. Prestação de serviços de consultoria na resolução de questões técnicas, necessidade de complementação/ execução de projetos, medidas administrativas e contratuais ou por iniciativa do Departamento de Engenharia – DENG;

8.8.20. Acompanhamento da execução das etapas das obras, zelando pelo cumprimento das determinações pertinentes a cada uma delas, procedendo à respectiva anotação no Diário de Obras;

8.8.21. Assessoramento ao Departamento de Engenharia – DENG com relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de trabalhos não previstos no contrato, modificações de preços unitários e composição de preços de novos serviços, tendo em vista a repercussão destes assuntos nos custos e prazos contratuais;

8.8.22. Verificação quanto ao cumprimento das condições contratuais pela Construtora, emitindo alertas do Departamento de Engenharia – DENG sobre a ocorrência de eventuais desvios;

8.8.23. Elaboração dos relatórios solicitados informando os eventos técnicos, administrativos e financeiros ocorridos.

IX - PARCELAMENTO DO OBJETO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VIII)

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9.1. Com base na nova Lei de Licitações Nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes e regras para processos licitatórios, faz-se necessário ponderar sobre o parcelamento ou a integralidade da solução referente à fiscalização da execução da obra da nova sede da Inspetoria de Araranguá. Após a análise, posicionamo-nos favoravelmente em relação à execução da solução **sem parcelamento**.

9.2. O não parcelamento da solução mostra-se mais satisfatório para o objeto em questão, haja vista que o gerenciamento permanece a cargo de um mesmo administrador, com a concentração da responsabilidade da prestação de serviços e garantia dos resultados em uma só contratada, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na fiscalização da obra e cumprimento de cronograma e observância de prazos.

9.3. A Lei enfatiza a necessidade de eficientes processos de gestão de riscos (art. 11). O parcelamento desnecessário pode levar a um aumento dos riscos e da complexidade na gestão do contrato.

9.4. A realização de um único contrato é vantajosa do ponto de vista econômico, pois a contratação de diferentes empresas para diferentes etapas poderia resultar em custos adicionais relacionados à variação.

9.5. Portanto, conclui-se que a não fragmentação da solução é a abordagem mais viável para a contratação em questão, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, conforme previsto na Lei 14.133/2021, garantindo assim o melhor aproveitamento dos recursos e o alcance dos resultados esperados.

X – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XI)

10.1. Processo Licitatório - protocolo Nº 5-220149565-0 (aquisição terreno).

10.2. Processo Licitatório - protocolo Nº 5-230052184-8 (elaboração projetos).

10.3. Processo Administrativo - protocolo Nº 5-250052462-9 (execução da obra)

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso X)

11.1. Para garantir o sucesso da contratação de empresa de engenharia/arquitetura responsável pela fiscalização da nova sede da Inspetoria de Araranguá, as seguintes providências deverão ser adotadas:

a) Realização, antes da celebração do contrato, da verificação de disponibilidade dos recursos orçamentários;

b) Definição Detalhada do Escopo dos Serviços de Fiscalização, especificando de forma clara e precisa as atividades a serem desempenhadas pela Contratada;

c) Designação de um gestor e de fiscal(is) do contrato, de acordo com os requisitos da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), possuindo as competências e qualificações necessárias para realizar a gestão e a fiscalização adequada;

d) Definição de procedimentos claros para modificações contratuais que possam ser necessárias

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

durante a execução da obra, incluindo ajustes nos projetos e revisões de orçamento.

XII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE / REQUISITOS AMBIENTAIS
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XII)

12.1. Os impactos ambientais previstos para a execução da obra compreendem a geração de resíduos de construção civil de classe A e B, sem a necessidade de emissão de licenciamento ambiental prévio. Para a mitigação dos impactos ambientais, a empresa responsável pela execução da obra, irá elaborar e apresentar na primeira medição, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da obra.

12.2. Caberá a Contratada realizar a revisão e assegurar a integridade e a clareza do Plano de Gerenciamento de Resíduos, promovendo a sustentabilidade e a conformidade com as normas ambientais. E se necessário, solicitar possíveis correções.

12.3. A Contratada deverá atentar às situações de descarte dos materiais residuais e da construção civil (entulhos), decorrente das atividades de execução da obra, e solicitar à empresa responsável pela execução a realização de todo o procedimento legal, tais como a emissão de manifestos de resíduos, rastreabilidade e o descarte em local adequado.

12.4. A Contratada deverá cumprir todas as normas vigentes referentes às práticas de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.

12.5. A Contratada deverá monitorar ativamente a atuação da empresa responsável pela execução da obra em relação às práticas de sustentabilidade social e econômica, solicitando formalmente que esta adote as seguintes medidas, sempre que aplicável e necessário para o cumprimento dos objetivos do projeto: priorizar a geração de empregos locais; incentivar e promover campanhas e ações de conscientização sobre sustentabilidade e conservação de recursos; buscar a aplicação de soluções construtivas que apresentem maior eficiência e menor demanda por recursos naturais; e, sempre que viável técnica e economicamente, optar por materiais, tecnologias e matérias-primas com maior durabilidade e, preferencialmente, de origem local.

12.6. Os relatórios e todos os demais documentos da contratação serão, preferencialmente, digitais.

XIII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VI)

13.1. A estimativa de preço para a fiscalização da execução da nova sede da Inspeção de Araranguá, na cidade de Araranguá foi realizada por consulta ao mercado, através de orçamento com empresas especializadas neste tipo de serviço e com base em contratações similares realizadas pelo CREA/SC e outros órgãos públicos, apresentado na tabela abaixo. A estimativa de custos foi balizada por uma média mensal para a execução dos serviços de fiscalização e gerenciamento da obra.

Empresa	CNPJ	CONTATO	DATA DA COTAÇÃO	VALOR MENSAL	TOTAL PARA O PERÍODO DE 10 MESES	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA OBRA
1 SENGTOP – ENGENHARIA LTDA	16.505.739/0001-95	solivanserafim@yahoo.com.br	02/05/2025	R\$ 31.000,00	R\$ 310.000,00	15,48%
2 Contrato similar CREA/SC (Oceânica Engenharia)	00.3763656/0001-03	Contrato 017/2023 (fim vigência março/25)	10/07/2023	R\$ 10.400,00	R\$ 104.000,00	5,19%
3 Contrato similar CREA/SC (Magnus Engenharia)	09.549.705/0001-37	Contrato 002/2024 (em execução)	08/02/2024	R\$ 8.184,00	R\$ 81.840,00	4,09%
4 Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT 15ª)	26.989.715/0001-02	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024-000	29/07/2024	R\$ 6.571,84	R\$ 65.718,40	3,28%
5 Loghus Engenharia e Construtora LTDA	39.255.452/0001-50	loghusengenharia@gmail.com	05/05/2025	R\$ 11.785,00	R\$ 117.850,00	5,89%
6 KS ENGENHARIA LTDA	06.172.009/0001-66	dcalk@dcalkengenharia.com.br	05/05/2025	R\$ 7.000,00	R\$ 70.000,00	3,50%
						0,00%
MÉDIA PARA 10 MESES (CONSIDERANDO 2,3,4,5 e 6)				R\$ 8.788,17	R\$ 87.881,68	4,39%
VALOR DA OBRA	R\$ 2.002.121,15					

13.2. Por esse prisma verificamos que a média de valor utilizada para estipular o valor máximo da presente contratação encontra-se em consonância com o realizado pela administração pública em diversas esferas.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

13.3. Para esta contratação, os valores de referência **não necessitam ser sigilosos** sendo que para a formação dos preços foram utilizadas cotações de mercado e contratações similares realizadas pelo CREA/SC e por de outros órgãos. Sendo estimada uma contratação no regime de empreitada por preço global, a não divulgação dos limites para a execução, pode vir ocasionar o desinteresse dos licitantes e ainda ser uma dificuldade durante a análise das propostas para a licitação.

XIV - DA ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS

Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Ações de mitigação
1	Licitação fracassar	Baixa	Alto	Descrever detalhadamente o objeto e observar suas especificações de acordo com a disponibilidade do mercado. Ampla divulgação do edital.
2	Demora nos procedimentos das fases interna e externa da Licitação	Média	Alto	Realizar o ETP e elaborar o TR com tempo suficiente para a tramitação do processo, obedecendo todos os prazos legais.
3	Contratada não executar os serviços ou não cumprir os prazos estabelecidos	Baixa	Alto	Definir critérios de aceitação do objeto com rigor; estabelecer sanções para os casos de descumprimento das regras do edital e do contrato.
4	Empresa contratada não executar o serviço conforme contrato	Baixa	Alto	Definir critérios de aceitação do objeto com rigor; estabelecer sanções para os casos de descumprimento das regras do edital e do contrato, especialmente para os tipos comuns de não conformidades. Contratar empresa especializada para assessoria a fiscalização do contrato.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA
(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XIII)

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

15.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável na forma apresentada e, para tanto, apresentamos este estudo técnico, que balizará a elaboração do Termo de Referência e será anexo do Edital do processo licitatório, destacando que foi elaborado com observância às normas vigentes que regulam as licitações de serviços na Administração Pública Federal, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA/SC.

Florianópolis/SC, (datado e assinado eletronicamente).

Eng. Civil Valkiria Zucchetto Padilha
Gerente do Departamento de Engenharia do CREA/SC

Arq. Francine Bettin Sánchez
Gerente Adjunta do Departamento de Engenharia do CREA/SC | Matrícula 514

XVI – AUTORIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO CREA-SC

16.1. Em atendimento ao item 3 do artigo 4º do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, e com base no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, **AUTORIZO** o presente processo de contratação, determinando o seu prosseguimento.

Florianópolis/SC, (datado e assinado eletronicamente).

Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER
Presidente do CREA-SC

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020